INFORMATIVO ONLINE APUR

Nº 52 - Cruz das Almas (BA) - 30 de Setembro de 2016 - www.apur.org.br

DIA DE MOBILIZAÇÃO NA UFRB

FÓRUM TRIPARTITE DO CAHL DISCUTE CONSTRUÇÃO DA GREVE GERAL E REFORMA NO ENSINO MÉDIO

Como foi aprovado na última assembleia (22), os docentes da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) paralisaram as atividades desta quinta-feira (29), e realizaram atividades de mobilização para a construção da greve geral, contra o PL 257/16, PEC 241 e MP 746/16. A atividade do Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) foi o Fórum Tripartite, um espaço em que se unem para a discussão os docentes, discentes e técnicos administrativos que contou com um número expressivo de participantes.

O fórum teve três pontos de pauta: a construção da greve geral (aqui entrou também o PL 257 e a PEC 241), a Medida Provisória 746/16 (que se refere à reformulação do currículo do ensino médio) e a situação dos trabalhadores terceirizados da UFRB, em especial os vigilantes do CAHL que estão sem receber seus salários.

O cenário de ataque à educação e à saúde foi o fio condutor do debate sobre a greve geral. Muitas falas lembraram a situação complicada das universidades públicas diante dos cortes no orçamento. Diante de tal cenário, foi defendida a importância de uma unidade rumo à construção de uma greve geral, uma greve política que combata os ataques que a população brasileira vem sofrendo. Contudo, também ficou claro que a greve geral só será possível se conseguir alcançar o setor produtivo.

Algumas falas defenderam a greve geral, mas que antes é fundamental construir a necessidade social dela, pois mesmo que ela seja legítima, ela só terá força com o apoio popular. Seguindo essa linha de raciocínio, ficou claro que deve haver uma mudança na dinâmica da universidade, que o debate precisa ultrapassar os muros da universidade.

A MP 746/16 recebeu diversas críticas, mas a mais contundente é a sua imposição; não houve uma discussão com os sujeitos que serão diretamente atingidos com as mudança. Por conta da importância do tema, os presentes concordaram em marcar uma atividade específica para discuti-lo com maior propriedade.

Sobre os trabalhadores terceirizados, foi informado que os vigilantes do CAHL já voltaram às suas atividades, mas que, no entanto, continuam sem receber. Como não havia representação da categoria presente, ficou acordado que a representação e os trabalhadores terceirizados serão convidados para uma plenária, que ocorrerá no dia 5 de outubro, que também será um dia de paralisação e mobilização na UFRB.

A atividade contou não só com a presença da comunidade do CAHL, mas também com docentes do Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAABB); do Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade (CETENS), discentes e docentes do PET Afirmação, discentes do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (CECULT) e de alunos da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

DESLIGA BOCÃO
SE LIGA
E.P.

BOCÃO
E.P.

DESLIGA BOCÃO
SE LIGA
E.P.

DESLIGA BOCÃO
SE LIGA
E.P.

EM DIA DE MOBILIZAÇÃO, CCS DISCUTE PLANO DE SAÚDE POPULAR

O dia 29 de setembro foi de ParaMobilização no Centro de Ciências da Saúde (CCS). O encontro aconteceu no toldo ao lado da biblioteca e estiveram presentes docentes, técnicos administrativos e discentes. O ponto de partida das discussões foi a explanação feita pela professora Jeane Saskya Campos Tavares sobre o plano de saúde popular e suas implicações para o SUS e a saúde pública. A professora Jeane disse que a alteração proposta na PEC 241/2016, aliada à criação do tal plano de saúde popular, deve nos levar aos tempos anteriores à Constituição. Após a apresentação foi aberto o diálogo e as intervenções foram focalizadas principalmente na necessidade de mobilizar e lutar contra tais retrocessos. Ao final do debate ficou acertado o comprometimento dos presentes para a organização e participação na mobilização do dia 05 de outubro.

REFORMA NO ENSINO MÉDIO, ESCOLA SEM PARTIDO E ATAQUE AOS DIREITOS TRABALHISTAS: PARTE DE UM MESMO GOLPE

Contradição, retrocesso e ataque às possibilidades de desenvolvimento cognitivo da juventude, dentre outros, foram as características elencadas sobre a reforma do ensino médio no debate realizado na atividade de paralisação deste dia 29/09, no Centro de Formação de Professores da UFRB. O debate intitulado "Reforma de Ensino Médio, golpe e as licenciaturas" reuniu professores, discentes e comunidade universitária para construção da greve geral proposta pelas centrais sindicais e ANDES.

A proposta era que a Medida Provisória do governo federal golpista fosse examinada a partir de sua relação com as licenciaturas. A mesa constituída contou com a participação de Mariana Queiroz, professora do Centro Técnico de Educação Profissional do Vale do Jiquiriçá, o professor David Romão pela APUR, e Cícero Josinaldo e Márcia Cozzani como mediadores, professores do curso de filosofia e educação física, respectivamente.

Os debatedores apresentaram as contradições da MP, como a indicação de retirada de disciplinas curriculares, ma, ao mesmo tempo, a ampliação de carga horária, sem estabelecer qualquer discussão como isso será feito. Também foi considerado um retrocesso na Lei de Diretrizes e Bases que amplia o conceito de formação que é atacada pela medida quando destina ao ensino médio uma base tecnicista. Ainda foi apontada a ligação política entre mercado capitalista e educação, restringindo os sentidos dado à educação pelos movimentos sociais.

Durante o debate, os presentes argumentaram sobre a reforma à toque de caixa, sem qualquer discussão, embora tenham problematizado a necessidade de reforma discutida e reflexão sobre o currículo. O ponto mais debatido foi a eliminação de disciplinas voltadas ao desenvolvimento do pensamento critico e ao exercício das artes e criatividade, o que tornaria o ensino médio um espaço educativo ainda mais regulado.

Para isso, os participantes mostraram que para eles a reforma faz parte de um golpe e alia-se a proposta de Escola Sem Partido, que limita o exercício da docência e prejudica diretamente o desenvolvimento dos jovens. Além disso, professores problematizaram a diminuição do mercado para professores de licenciatura como os de filosofia e educação física. Um dos participantes disse: "reforma, escola sem partido, ataque aos direitos trabalhistas são pacotes do mesmo golpe de estado que o Brasil vem sendo vítima", concluiu.

A plenária decidiu construir ações para a realização da greve geral junto a outras categorias de trabalhadores.

DOCENTES DA UFRB PEDEM ESTATUINTE JÁ

Mesmo com a situação de crise pela qual o país vem passando, os docentes da UFRB entendem que também é importante não esquecerem as pautas locais. Na última assembleia (22), por exemplo, muitas das falas questionaram a demora no processo Estatuinte. Os docentes entendem que a Estatuinte é a base da mudança da universidade que, segundo eles, não está passando pelos problemas atuais apenas por conta da situação política, mas também por causa de sua má gestão.

A falta de informação sobre o processo tem preocupado a categoria docente. A última notícia sobre a Estatuinte é de mais de um ano atrás, maio de 2015. À época, a instituição tornava pública a abertura das inscrições para a eleição de delegados voluntários para a constituição do Colégio Estatuinte. Em entrevista concedida à APUR no dia 14 de dezembro de 2015, a Presidente da Comissão Estatuinte, professora Rita Dias, informou que em alguns centros não houve candidatura de delegados.

De acordo ao cronograma de atividades, o Congresso Estatuinte deveria ter sido instalado em julho do ano passado (O cronograma pode ser acessado no seguinte endereço: https://ufrb.edu.br/estatuinte/cronograma-de-atividades), mas, possivelmente pelo impasse na questão dos delegados, um ano depois da previsão, essa etapa parece estar longe de ser alcançada. Atualmente, não há notícias sobre os rumos da Estatuinte da UFRB.

É importante cobrarmos respostas sobre essa questão, pois não podemos esquecer que o estatuto é fundamental para toda e qualquer instituição de ensino. São os estatutos e regimentos que regulamentam as regras e normas legais de uma universidade. Será por meio do Estatuto que conseguiremos discutir não apenas a estrutura jurídica do funcionamento da UFRB, mas também sua democratização. Sabendo dessa importância, a APUR continuará seus esforços para que a Estatuinte da UFRB saia de fato do papel. A associação, além de fazer seu papel de cobrar esse que também é um direito da categoria docente, continuará fazendo e suscitando debates sobre o tema que, infelizmente, parece não ser de amplo conhecimento.

5 DE OUTUBRO É DIA NACIONAL DE LUTA CONTRA O DESMONTE DO ESTADO BRASILEIRO

Em Resolução, CUT decide intensificar mobilização contra a PEC 241, o PL 257 e a reforma do Ensino Médio

Escrito por: Executiva Nacional da CUT

No dia 26 de setembro, a Direção Executiva Nacional da CUT reuniu-se em São Paulo com representantes das Estaduais da CUT e dos Ramos para avaliar os resultados do "Dia Nacional de Paralisações e Mobilizações", organizado no dia 22 pela CUT e pelas demais Centrais Sindicais em defesa dos direitos sociais e trabalhistas ameaçados pelo governo golpista de Michel Temer, em defesa da soberania nacional, contra as privatizações e a entrega do Pré-sal às multinacionais.

A CUT resistiu ao golpe organizando, com a Frente Brasil Popular e a Frente Povo Sem Medo, inúmeras manifestações de massa contra a ação das forças golpistas e seu projeto de restauração neoliberal. Ao mesmo tempo, a CUT iniciou o processo de construção da greve geral, mobilizando suas bases em torno da consigna: NENHUM DIREITO A MENOS!

Em torno desta bandeira, cerramos fileiras, unindo trabalhadores/as do campo e da cidade, do setor público e do setor privado, e não recuaremos. O que está em jogo não são apenas os direitos conquistados ao longo de décadas de luta, mas o destino do País e o futuro da classe trabalhadora.

Na preparação da Greve Geral, definimos uma estratégia de acumulação progressiva de forças que teve como primeiro marco o dia 22 de setembro. Greves, paralisações parciais, passeatas, panfletagens, debates e outras atividades ocorreram em todo o Brasil, demonstrando a vontade de luta da classe trabalhadora e "esquentando os motores" para a deflagração da greve que deve paralisar o País.

O sucesso da Greve Geral depende ainda de um trabalho mais intensivo dos ramos orientando seus sindicatos a realizarem Assembléias com os trabalhadores para votar a adesão à mobilização. Há motivos de sobra para a indignação dos/as trabalhadores/as nas medidas anunciadas pelo governo golpista - como a reforma da Previdência, a retirada de direitos (terceirização irrestrita, prevalência do negociado sobre o legislado, flexibilização do contrato de trabalho), a reforma regressiva do Estado prevista na PEC 241 e no PL 257, além da recente MP da "reforma do Ensino Médio". No entanto, é necessário que essas medidas sejam abordadas nas Assembleias, esclarecendo-se como elas atingirão a classe trabalhadora e a sociedade como um todo.

Neste sentido, a reunião reafirmou as orientações emanadas da reunião da Executiva Nacional da CUT realizada em Brasília em 14 de setembro de buscar a unidade de ação com as demais centrais sindicais na construção da Greve Geral em torno dos pontos citados acima, preservando sua autonomia na explicação da origem desses ataques (o governo golpista de Temer) e na agitação das palavras de ordem que decorrem de sua análise da situação política do país: "Nenhum direito a menos, Rumo à Greve Geral, Fora Temer, Diretas já com Constituinte com assembléia constituinte para a Reforma Política".

No processo de acumulação de forças em preparação da Greve Geral, que a Executiva ampliada indicou para o início de novembro (entre os dias 8, 9 e 10), duas mobilizações se destacam: o Dia Nacional de Paralisação dos Metalúrgicos em defesa dos empregos e direitos em 29 de setembro; o Dia Nacional de Luta contra o Desmonte do Estado Brasileiro (contra a PEC 241) em 5 de outubro, com concentração de manifestantes em Brasília.

"NENHUM DIREITO A MENOS";
"Rumo à Greve Geral"
"Fora Temer"
"Diretas Já, com assembléia constituinte para a reforma política".

Disponível em: http://cut.org.br/noticias/5-de-outubro-e-dia-nacional-de-luta-contra-o-desmonte-do-estado-brasileiro-5ed8/

PEC 241 É GATILHO PARA REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Congelamento deve ser 'desculpa' para mudar previdência; para pior
Escrito por: Agência Diap

Antônio Augusto de Queiroz *

A PEC 241, que congela o gasto público, em termos reais, por 20 anos, não se sustentará sem uma ampla e profunda reforma da previdência. É por isso, aliás, que o novo regime fiscal vem antes das mudanças previdenciárias, na perspectiva de que o fim justifica os meios. Se o Congresso aprovar esse limite de gastos, terá que dar os meios, e a reforma da previdência será essencial para esse fim.

A definição de um teto de gasto, que corresponderá ao valor desembolsado no ano anterior mais o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Ampliado – IPCA, impede a expansão do gasto além desse limite. Logo, para que se aumente uma despesa, é preciso que se compense com a redução de outra.

Se tudo o mais que está relacionado ao papel do Estado ficasse congelado, tudo bem. Mas a população cresce, as demandas por saúde, educação, previdência e outros bens e serviços públicos também crescem e o governo, com o gasto engessado, não poderá atendê-los, exceto se cortar dos atuais beneficiários.

No caso da saúde e da educação, o governo, como condição para aprovar a PEC, pode até admitir, por dois anos, um aumento em relação ao executado em 2016, que poderá ser coberto com a receita da venda de ativos.

Entretanto, para sustentar esse gasto, mantida a regra do congelamento, mesmo que o PIB e a receita cresçam, o governo terá que cortar em outras rubricas, ampliando o conflito distributivo. E mesmo que privatize todas as empresas estatais, os recursos que ingressarem serão destinados ao pagamento de juros e amortização da dívida, que não estarão sujeitos ao teto de gastos.

Em relação à reforma da previdência, o raciocínio é simples. A despesa de 2016 com os atuais aposentados e pensionistas, mantida a correção anual pelo INPC para todos os benefícios do INSS, já está no limite imposto pela PEC. Logo, qualquer nova aposentadoria só poderia ser paga com o corte de outra despesa do governo, ou à medida em que os atuais aposentados e pensionistas deixem de receber seus benefícios, por exemplo, quando falecerem.

E, mantida a correção dos benefícios apenas pelo INPC, ou seja, sem computar o "ganho" real dos aposentados que ganham o salário mínimo, poderia haver um "descolamento" entre esse critério e o reajuste do limite de gastos pelo IPCA: nos últimos 20 anos, a diferença entre esses dois índices, acumulados, é de mais de 10 pontos percentuais (262% no caso do INPC, e 252% no caso do IPCA).

Isso leva à conclusão obrigatória da desvinculação entre os reajustes do piso da previdência e o salário mínimo, e, ainda, à mudança do critério de reajuste dos demais benefícios para que seja adotado o IPCA em lugar do INPC.

Como não há outras despesas, exceto a de juros ou de pessoal, que sejam significativas a ponto de compensar por um ou dois anos o aumento da despesa previdenciária, isto significa que, além do sacrifício aos servidores, já que os juros da dívida são sagrados para o atual governo, a reforma da previdência será inevitável, e quem aprovar o limite de gastos ficará obrigado a também aprovar essa reforma.

E a reforma da previdência não será apenas para mudar as regras para as futuras gerações, até porque sem o corte de direito imediato ela não produzirá os resultados que o governo necessita para manter seus gastos dentro dos limites impostos pela PEC 241.

A reforma da previdência, portanto, tende a alcançar: a) os atuais beneficiários e com redutor do benefício, possivelmente via corte do reajuste e instituição de contribuição aos aposentados e pensionistas do INSS; b) a desvinculação entre o reajuste do piso do INSS e o salário mínimo; c) os segurados que ainda não têm direito adquirido, ou que não preencheram os requisitos para requerer aposentadoria, poderão ter sua contribuição aumentada e o tempo de permanência em atividade ampliado, mesmo que haja regra de transição; e d) os futuros segurados terão regras bem mais severas e restritivas.

No caso do servidor público, a situação poderá ser ainda pior. Os atuais aposentados e pensionistas, além do congelamento do benefício durante a vigência da PEC, poderão ter que contribuir com alíquota maior e sobre a totalidade do benefício. Os que ingressaram no serviço público antes de 2003, que pela atual regra de transição ainda poderiam ter paridade e integralidade na aposentadoria, perderão esse direito, além de também terem que contribuir com alíquota maior e permanecer mais tempo em atividade, mesmo que haja nova regra de transição em relação ao tempo que falta para aposentaria. E os futuros segurados do regime próprio serão submetidos às regras do Funpresp, porém com novas exigências.

A PEC 241, como se vê, constitui-se numa espécie de gatilho que, uma vez aprovada, forçará a reforma da previdência. Sem o congelamento do gasto público, ambiente no qual o governo poderia ampliar o gasto, seja mediante aumento da receita ou por intermédio de déficits públicos, a possibilidade de reforma da previdência com corte de direitos seria muito baixa. Com o congelamento, a reforma se impõe, inclusive por pressão da sociedade.

(*) Jornalista, analista político e diretor de Documentação do Diap

Disponível em: http://www.cut.org.br/noticias/pec-241-e-gatilho-para-reforma-da-previdencia-de0c/

SEM DIÁLOGO, GOVERNO TEMER ENVIA AO CONGRESSO MP DA CONTRARREFORMA DO ENSINO MÉDIO

Nessa segunda-feira (26), milhares foram às ruas de São Paulo exigir a revogação da MP 746
ANDES-SN

De forma antidemocrática e unilateral, o presidente Michel Temer enviou ao Congresso Nacional, na última sexta-feira (23), a Medida Provisória (MP) 746/2016, que instaura a contrarreforma do Ensino Médio e compromete todo o sistema educacional brasileiro. O texto da MP, que institui a Política de Fomento à "Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral", já vigora, mas precisa ser analisado primeiro por uma comissão mista do Congresso e de lá enviado aos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, tudo em até 120 dias, sob pena de perder a validade. Na segunda-feira (26), a diretoria do ANDES-SN publicou uma nota de repúdio à MP 746/2016.

Entre as mudanças que a MP defende para o Ensino Médio brasileiro estão: a não obrigatoriedade do ensino de algumas disciplinas; uma carga horária mínima anual do ensino médio, que deverá ser progressivamente ampliada para 1.400 horas; deixar a cargo do estudante a escolha das disciplinas que cursar; e, ainda, que profissionais sem licenciatura sejam contratados. Um dia antes do envio da MP ao Congresso (22), o governo federal havia divulgado que matérias como artes, educação física, filosofia e sociologia deixariam de ser temas obrigatórios ao final da educação básica, cabendo às escolas, redes de ensino e estudantes definir quais delas fariam parte dos estudos.

Após inúmeras críticas, o governo recuou da proposta e apresentou outro projeto, desta vez, "maquiando" a flexibilização da oferta destas disciplinas. Agora, de acordo com a MP, o currículo do ensino médio continua abrangendo, obrigatoriamente, língua portuguesa, matemática, mundo físico e natural, realidade social e política — o mesmo vale para a educação infantil e para o ensino fundamental. Filosofia e sociologia, que eram disciplinas obrigatórias pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), poderão ser incluídos nesses currículos apenas se previstos pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A mudança determina ainda que o ensino médio tenha, ao longo de três anos, metade de sua carga horária de conteúdo obrigatório, definido pela BNCC, que ainda está em discussão.

Francisco Jacob Paiva, 1º secretário do ANDES-SN e um dos coordenadores do Grupo de Trabalho de Política Educacional (GTPE), reforça que a contrarreforma do Ensino Médio é uma decisão tomada pelo governo Temer de forma unilateral e impositiva, sem diálogo com as entidades da educação e sociedade civil, e se configura como um grande ataque contra a educação pública, gratuita e de qualidade.

"Assim, como no período da ditadura empresarial militar no país, novamente, vemos a ameaça de tirar de forma antidemocrática algumas disciplinas do currículo escolar para dar espaço a uma educação unilateral, tecnicista e voltada para cumprir as exigências do mercado de trabalho. Não será essa contrarreforma do Ensino Médio e muito menos a BNCC que resolverá o problema do baixo desempenho dos estudantes em sala de aula. Temos sérios problemas estruturais na educação – sucateamento das salas de aula e prédios, falta de laboratórios e valorização da carreira docente, etc -, além dos problemas de democratização ao acesso à saúde, moradia, transporte, lazer, cultura", disse o docente.

O diretor do Sindicato Nacional ressalta também que a MP aprofunda a lógica mercadológica do Plano Nacional de Educação (PNE), na qual as parcerias público-

Disponível em: http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=8381

desqualificação dos cursos de Licenciatura e a permissão de que sejam admitidas para ministrar aulas pessoas com notório saber, desconsiderando que professor é uma categoria profissional, que tem regulamentação e que deve ser exercida por quem tem formação específica, o que inclui domínio do conteúdo e formação pedagógica.

A Medida Provisória altera diversos trechos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9.394/1996. Veja alguns detalhes da mudança:

Carga Horária
A LDB prevê que, nos três anos do ensino médio, os alunos tenham no mínimo 800 horas de aula, e que cada ano tenha pelo menos 200 dias letivos. Já a MP defende uma carga horária mínima anual do ensino médio que deverá ser progressivamente ampliada para 1.400 horas, sem especificar um número de dias letivos por ano e nem um prazo para a ampliação dessa carga horária.

Currículo
Com as mudanças, o currículo do Ensino Médio vai ser dividido em dois, uma parte com disciplinas fixas obrigatórias e outra com optativas, nas quais o estudante escolhe as disciplinas mais "adequadas ao seu perfil".

Professor seletivo
A lei exigia que os professores fossem trabalhadores de educação com diploma técnico ou superior "em área pedagógica ou afim". Agora, será permitido também que as redes de ensino e escolas contratem "profissionais de notório saber" para dar aulas, ou seja, contratação de professores sem curso superior em licenciatura ou qualquer conhecimento pedagógico.

Língua Estrangeira
Antes as escolas eram obrigadas a oferecer, a partir do sexto ano, disciplina de uma língua estrangeira, mas tinham a liberdade de escolher qual idioma, segundo a LDB. Com a nova medida, o inglês passa ser a língua obrigatória em todas as escolas, que podem oferecer uma segunda língua, que deve ser, preferencialmente, o espanhol.

"São diversos os ataques vindos dos governos na tentativa de alimentar a reestruturação produtiva do capital. A nossa luta é contra essa contrarreforma, a Escola Sem Partido, contras as reformas Previdenciária e Trabalhista, contra o PLP 257/16 (agora PLC 54) e a PEC 241/16, e pelo Fora Temer", ressaltou o Jacob Paiva, que convocou todos os trabalhadores e trabalhadoras a participar do Dia Nacional de Luta, Mobilização e Paralisação, na próxima quinta-feira, 29, contra os ataques sucessivos do governo aos serviços públicos.

Manifestantes vão às ruas em SP
Milhares de manifestantes, em sua maioria estudantes secundaristas, foram às ruas do centro de São Paulo na noite dessa segunda-feira (26), contra a MP da Contrarreforma do Ensino e também em protesto contra a 'reorganização escolar' promovida pelo governo do estado de SP.

Os estudantes exigem a revogação da medida apresentada por Michel Temer na semana passada por meio da MP e criticam o fato de que nem pais, nem alunos e nem professores foram consultados sobre as mudanças. O mesmo aconteceu em São Paulo, com a 'reorganização escolar' proposta pelo governado Alckmin, que vem fechando dezenas de escolas sem qualquer diálogo com a comunidade escolar.

NOTA DE REPÚDIO À CONTRARREFORMA DO ENSINO MÉDIO IMPOSTA PELA MP 746/16

A Diretoria do ANDES-SN manifesta seu total repúdio à MEDIDA PROVISÓRIA Nº 746/2016 que instaura a contrarreforma do Ensino Médio e compromete todo o sistema educacional brasileiro. Estas alterações são tão ilegítimas quanto o governo que as impõe! Mudanças no sistema educacional não podem ser realizadas de maneira impositiva, por meio de um instrumento antidemocrático como uma Medida Provisória, ignorando o que as entidades acadêmicas, sindicatos de professores e técnicos em educação, além de movimentos estudantis têm acumulado ao longo do tempo. As propostas apresentadas, desta forma autoritária refletem, de maneira explícita, a finalidade de atuação deste governo que é unicamente servir ao grande capital de modo rápido, bárbaro e violento. Essa MP tem ligação direta com o PLP 257/2016 (atual PLC 54/2016), PEC 241/2016, PLS 204/2016, que tentam enfraquecer os serviços públicos, congelar os salários dos funcionários públicos, impedir a realização de concursos, enfim tirar os direitos dos trabalhadores.

As alterações da Medida Provisória apontam para uma formação educacional cada vez mais aligeirada, heterônoma, comprometida com as exigências do mercado que impõe regras para atender as suas necessidades afastando as possibilidades de formação de cidadãos plenos, críticos e autônomos. A proposta de "Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral" oculta o fato de que este tempo integral será ocupado de maneira cada vez mais dirigida pelos setores dominantes do mercado, aprofundando a lógica do Plano Nacional de Educação na qual as parcerias público-privadas são encaradas como sinônimos de educação pública. Além do fato de parecer apenas um anúncio para tentar iludir a população, já que o mesmo governo ao lançar a PEC 241/2016, propõe o congelamento nos investimentos públicos, entre os quais a educação, por 20 anos.

Para a operacionalização dessa contrarreforma há outro absurdo, qual seja, a desqualificação dos Cursos de Licenciatura e a permissão de que sejam admitidos para ministrar aulas pessoas com notório saber, desconsiderando que Professor/Professora é uma Profissão, que tem regulamentação e que deve ser exercida por quem tem formação específica, que inclui domínio do conteúdo e formação pedagógica. Esta medida é uma afronta a toda a política de formação educacional comprometida com o diálogo em sala de aula e que exige formação coerente, completa e metodologicamente rigorosa. Retoma-se, nessa proposta, a ideia de que para ser professor não é necessário formação para tal, desqualificando os/as professores/as de todos os níveis de ensino

A não obrigatoriedade do ensino de educação física e artes para o ensino médio, articulada à política de cortes de verbas, indica um dos aspectos mais perversos da mercantilização da educação: a da gradativa eliminação de conteúdos. Flexibilizar a oferta destas disciplinas significa, na prática, retirá-las do currículo do Ensino Médio para economizar gastos que irão alimentar o sistema da dívida pública, reforçado pelo novo ajuste fiscal proposto pela PEC 241. Para desviar mais verba pública para alimentar os ganhos do sistema financeiro, será imposto um sistema de ensino em que os estudantes estarão privados de uma pluralidade de saberes e conhecimentos necessários para garantir a formação cidadã e a conquista da autonomia intelectual. A MP 746/2016, no conjunto, demonstra o objetivo maior da política educacional para o ensino médio a ser ofertado aos filhos dos/as trabalhadores/as, que é a preparação unilateral e linear para o mercado de trabalho, subtraindo desses jovens o direito ao conhecimento universal das diferentes formas de expressão, incluindo a corporal e artística, que contribuem para a formação da sensibilidade, da capacidade crítica, da criatividade e do saber apreciar e produzir o belo.

Outra alteração imposta que é bastante grave diz respeito direto à nossa categoria, quando considera que "conteúdos cursados durante o ensino médio poderão ser convalidados para aproveitamento de créditos no ensino superior". A combinação desta proposta com a flexibilização de currículos feita em toda a Medida Provisória indica uma tendência bastante negativa de aprofundamento do aligeiramento do ensino superior, a partir da reforma do ensino médio. Segundo as regras colocadas, o empresariado poderá coordenar e ofertar cursos reconhecidos como disciplinas que, por sua vez, poderão ser consideradas válidas para o ensino médio e, posteriormente, aproveitadas para o ensino superior, rompendo com a autonomia do ensino em dois níveis ao mesmo tempo. É preciso ficar atento a esta movimentação que amplifica o caráter privatizante das universidades que, cada vez mais, são referenciadas pelas formas de ensino das grandes empresas educacionais que refletem interesses que não dialogam com uma formação cidadã ancorada na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

A Diretoria do ANDES-SN se mostra radicalmente contrária a tal medida por sua forma e conteúdo. Conclama a todas as entidades e movimentos sociais que compõem a Coordenação Nacional de Entidades em Defesa da Educação Pública e Gratuita, que promoveu dois Encontros Nacionais de Educação (ENE), os Fóruns Estaduais de Educação, entidades acadêmicas, sindicatos e a população em geral para lutarmos juntos contra essa MP e pela abertura de um amplo e democrático debate sobre o Ensino Médio, que deve envolver todos os setores que defendem uma educação pública, gratuita, laica e democrática.

"É preciso organizar a classe trabalhadora para enfrentar os desafios da conjuntura" (II ENE, 2016).
Fora Temer e rumo à greve Geral.
Brasília, 26 de setembro de 2016
Diretoria Nacional do ANDES-SN

Disponível em : http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=8379

APUR

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DO RECÔNCAVO

MOBILIZAÇÃO NOS CENTROS

05 DE OUTUBRO

CONTRA A PEC 241/16 E OS ATAQUES À EDUCAÇÃO PÚBLICA

Debate sobre a PEC 241/16, às 10h

CCAAB | CETEC

ASSUFBA Sindicato de luta 35 anos

10 anos Museologia UFRB

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA – UFRB
Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade – CETENS
Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza e Matemática

Atividade de abertura do Tempo Universidade

Terça-feira, 04 de outubro de 2016 às 14 horas:

Mesa 1: Conjuntura Política e Matriz Energética Brasileira: desafios do momento atual (Leila Santana - MPA e Deyvid - SINDIPETRO)

Quarta-feira, 05 de outubro de 2016 às 08 horas:

Mesa 2: Atividade de Mobilização "Intenções TEMERárias: os Projetos de Lei do Golpe" (Profº Frederik Moreira e Profª Silvana Lima – UFRB e Estudante de Direito – MPA e PRONERA/UEFS)

Lançamento da Campanha EDUCAÇÃO É DIREITO NÃO É MERCADORIA

I Feira de Agroecologia do Cetens

Local: Sala 2
Pavilhão de aulas do CETENS/UFRB

DIA NACIONAL DE LUTAS
CONTRA O DESMONTE DO ESTADO

- NÃO À PEC 241 - CONGELA O PISO DO MAGISTÉRIO
- NÃO À MP 746 - REFORMA DO ENSINO MÉDIO
- NÃO AO PL 4567 - ENTREGA DO PRÉ-SAL

PARALISAÇÃO NACIONAL

CNTE Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação www.cnte.org.br | CUT

BRASÍLIA
5 DE OUTUBRO
QUARTA-FEIRA
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS